

Aposentados, continuamos com direito aos direitos!

No dia 28 de janeiro, um dos dias em que a AR discutia, no âmbito do OE para 2020, questões referentes às nossas vidas, a Comissão Coordenadora (CC) do Departamento de Aposentados da FENPROF (DA/FENPROF) estava reunida tendo como principal objetivo delinear as suas prioridades para a ação a desenvolver em 2020, considerando as reivindicações contidas na Carta Reivindicativa atualizada, para no 13º Congresso da FENPROF, realizado nos dias 14 e 15. de junho, do ano passado.

Nesta reunião:

Reafirmámos a importância da nossa ligação aos sindicatos depois de aposentados, não só no que diz respeito à necessidade de uma maior solidariedade entre os docentes no ativo e os aposentados e no seu contributo na construção de uma sociedade mais justa, como na apresentação e defesa das reivindicações específicas que nos dizem respeito de que é exemplo o fim da famosa CES – Contribuição Extraordinária de Solidariedade – considerada inconstitucional pelo TC e a reposição do pagamento dos subsídios de férias e de Natal nos meses devidos. Não desistimos desta “relação” com os “nossos” sindicatos apesar de os governos, mesmo os do PS, tentarem desvalorizar o seu papel fundamental.

Reafirmámos ainda que, depois dos grandes avanços da ciência e da tecnologia e seus reflexos relativamente à longevidade, exigimos ser felizes.

É neste quadro que, para 2020, independentemente do conjunto das reivindicações que atualizámos na “nossa” [Carta Reivindicativa, para o triénio de 2019 a 2022](#) nos vamos centrar nas seguintes reivindicações:

- **Atualização das pensões** – na última legislatura, os grandes retrocessos, a todos os níveis, implementados pelos governos do PSD/CDS e troika, levaram a que não lutássemos tão fortemente quanto a esta exigência e nos concentrássemos noutras lutas. Então, fomos solidários com os que tinham menores rendimentos, mas, agora que o país está com uma nova conjuntura, exigimos que também haja uma atualização real no valor das nossas pensões, de modo a não haver perda de poder de compra para nenhum reformado/pensionista. É, portanto, imperativo alterar as regras de atualização.
- **Atualização da tabela de retenção do IRS e das deduções específicas e à coleta para os aposentados**, compatível com a situação de aposentação/reforma.
- **Concretização da alteração legislativa de modo a que as empresas com escasso número de trabalhadores**, mas

Resolução aprovada nas Tribunais Públicas

– 15 Janeiro –

Realizadas nos seguintes distritos:
Aveiro – Beja – Braga – Coimbra –
Covilhã – Évora – Faro – Leiria – Lisboa
– Porto – Santarém e Setúbal.

Para + informação [clique aqui](#)

Os aposentados têm direito a manter a sua dignidade

Um vetor da mudança muito positiva de paradigma sobre o envelhecimento que vai conquistando a sociedade é o de reconhecer que os “velhos” também têm direito à sua felicidade.

... Mas o envelhecimento arrasta consigo a necessidade de despesas inevitáveis para mantermos uma saúde e uma qualidade de vida que nos dê prazer.

... É nessa lógica que defendemos do aumento do valor das pensões e que a tabela de IRS aplicável aos aposentados, também ela foi objeto de sucessivos agravamentos, deve discriminá-los de forma muito mais efetiva do que a que hoje vigora; e/ou que a dedução específica no campo do IRS nos seja mais favorável.

Para + informação [clique aqui](#)



A situação de emergência que se vive atualmente na ADSE está a atrasar os pagamentos aos

com grandes lucros, fruto do uso intensivo de tecnologias avançadas, contribuam para o sistema previdencial tendo em atenção a riqueza criada.

- A continuidade da ADSE, criada em 1963, como um subsistema complementar dos trabalhadores da Administração Pública e que, desde 2017, foi transformada em Instituto Público, custeado a 100% pelos seus beneficiários/contribuintes. Não a queremos ver transformada num seguro. É disso que se trata quando ainda há quem defenda que deva ser transformada em “mútua”. Acresce que estes tipos de alterações só viriam agravar ainda mais os problemas existentes o SNS.
- **Manutenção do SNS público, universal e gratuito.**
- **Definição e execução de um Plano Nacional e Global para o Envelhecimento e Dependência.** Desde 2002 que os governos portugueses assumiram este compromisso, na sequência da 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento realizada em Madrid de 8 a 12 de abril. No Programa do Governo para 2020-2023 esta temática foi enquadrada em “III. IV. Envelhecimento e qualidade de vida”. Exigimos a concretização das medidas ali colocadas e combateremos aquelas com que discordamos, como por exemplo “Estimular a adesão a certificados de reforma e a outras poupanças de natureza idêntica”. Acompanharemos a concretização de outras, exemplo - “Aprofundar a diversificação de fontes de financiamento da segurança social, nomeadamente alargando a lógica de consignação de receitas fiscais para o fortalecimento do sistema”.

beneficiários causando grande descontentamento

Leia [aqui](#) o estudo de Eugénio Rosa

Vamos continuar a reivindicar e a lutar pelo aumento regular das nossas pensões, pela revisão da legislação e de procedimentos nas áreas em que se registam injustiças inclusive nas políticas fiscais, condições de mobilidade e novos compromissos que garantam a nossa dignidade, designadamente a quem está em situação de dependência.

Numa sociedade democrática é sempre necessário que existam compromissos solidários entre gerações, por isso contamos com a ação dos colegas no ativo ... e, claro, com todos nós que já estamos aposentados.

PARA CONSULTAR:

Documentos aprovados pelo Departamento de Professores Aposentados

[Relatório de Atividades 2019](#)
[Plano de Ação para 2020](#)

Federação Nacional dos Professores | Departamento de Professores Aposentados

Contactos: (mail) aposentados@fenprof.pt; fenprof@fenprof.pt (site) www.fenprof.pt/aposentados

Telefone: 213 819 190 | Morada: Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 LISBOA